MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Despacho (extracto) n.º 4607/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 14 de Fevereiro de 2005:

Licenciados Helena Paula Seixas da Silveira Queirós, assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Junta de Freguesia de Mafamude, Dina Alexandra Castro da Silva, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, e Cláudia Margarida Pereira Pardal e Emanuel Teixeira de Queiroz Aguiar Marçalo, a exercerem funções de assistente administrativo, com contrato administrativo de provimento, na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, na Loja do Cidadão — nomeados definitivamente, precedendo concurso e respectivo estágio, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, com efeitos desde a aceitação do lugar, sendo os dois primeiros exonerados da anterior categoria a partir dessa data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Fevereiro de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Delegação de Transportes de Lisboa

Despacho n.º 4608/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelos n.ºs 1.4 e 2 do despacho n.º 3230/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 40, de 17 de Fevereiro de 2003, pelo despacho n.º 8182/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 29 de Abril de 2003, pelo despacho n.º 8/2003/DG, de 11 de Março, pelo despacho n.º 8523/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 2003, e pelo despacho n.º 6475/2002 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 26 de Março de 2002, subdelego na chefe da Secção de Exploração de Mercadorias, Maria Manuela Guerreiro Alexandre Maurício, da Delegação de Transportes de Lisboa, no âmbito das respectivas áreas de actuação, poderes para:

- Decidir sobre os pedidos de certificação para o transporte particular ou por conta própria em veículos pesados e emitir os correspondentes certificados;
- Decidir sobre os pedidos de certificação de condutores de veículos que transportam mercadorias perigosas e emitir e revalidar os correspondentes certificados;
- Decidir sobre os pedidos de certificação de motoristas de países terceiros e emitir e renovar os correspondentes certificados;
- Decidir sobre os pedidos de certificação de aptidão profissional de motorista de táxi (CAP);
- Assinar a correspondência e o expediente necessários ao exercício das suas atribuições.

São revogadas as alíneas *b)*, *e)*, *h)* e *i)* do n.º 1 do despacho n.º 15 855/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 5 de Agosto de 2004.

O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2005.

15 de Fevereiro de 2005. — A Directora, *Maria Isabel Seabra*.

Despacho n.º 4609/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e dos poderes que me são conferidos pelo despacho n.º 9503/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de Maio de 2004, pelo despacho n.º 13 736/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 14 de Julho de 2003, subdelego na chefe de secção de Exploração de Mercadorias, Maria Manuela Guerreiro Alexandre Maurício, da Delegação de Transportes de Lisboa, no

âmbito das respectivas áreas de actuação, poderes para, sobre transporte em táxi:

- Decidir sobre os pedidos de autorização excepcional;
- Apreciar e decidir relativamente à alteração dos requisitos de acesso à actividade;
- Decidir sobre os pedidos de acesso à actividade e emitir e revalidar os correspondentes alvarás;
- Emitir cópias certificadas dos alvarás, com averbamento do veículo;
- Assinar a correspondência e o expediente necessários ao exercício das suas atribuições.

O presente despacho produz efeitos a partir de 21 de Fevereiro de 2005.

15 de Fevereiro de 2005. — O Chefe de Divisão de Exploração e de Acompanhamento das Infra-Estruturas de Transportes, *Costa Doce*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4610/2005 (2.ª série). — Com vista à construção dos emissários de saneamento afectos ao projecto do Subsistema de Águas Residuais de Carrapatos, integrado no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, no município de Macedo de Cavaleiros, determino, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944, e com os fundamentos constantes da informação n.º 31/DSJ, de 21 de Janeiro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, o seguinte:

1 — As 54 parcelas de terreno identificadas nos mapas e assinaladas nas plantas que se publicam em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante ficarão, de ora em diante, oneradas com carácter permanente pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor da sociedade Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, criada pelo Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de Outubro.

2 — A servidão incide sobre uma faixa de 1,5 m de largura para cada lado do eixo longitudinal do emissário e implica:

- A ocupação permanente do subsolo na zona de implantação das condutas;
- A proibição de qualquer construção, plantação de árvores ou arbustos numa faixa de 3 m (1,5 m para cada lado do eixo longitudinal das condutas);
- A proibição de mobilizar o solo a mais de 50 cm de profundidade numa faixa de 1 m para cada lado do eixo longitudinal das condutas.

3 — É permitida a utilização temporária de uma faixa de trabalho de 1,5 m para cada lado do eixo longitudinal do emissário referido no número anterior, durante a fase de execução dos trabalhos, bem como para efeitos de reparação, manutenção e exploração das condutas, circuito de dados e outras componentes das infra-estruturas das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A., e que à mesma possam estar associadas.

4 — Os respectivos actuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores dos terrenos ficam obrigados, da presente data em diante, a respeitarem e a reconhecerem a servidão administrativa ora constituída, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, a absterem-se de efectuar escavações, edificar qualquer tipo de construção duradoura ou precária ou de plantar árvores e assim, nessa conformidade, a manterem livre a respectiva área e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pelas entidades beneficiárias, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

5 — Os encargos com a servidão são da responsabilidade da Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.

8 de Fevereiro de 2005. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Luis José de Mello e Castro Guedes*.